



ACÓRDÃO Nº 80/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11710/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari – COARIPREV.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Eduardo Jorge de Oliveira Alves (Ordenador de Despesa), Emídio Rodrigues Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Lynneu Francisco Campos - OAB/AM nº 6.789 e Maiara Cristina Moral da Silva - OAB/AM nº 7.738.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8138/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Recomendação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**, gestor à frente do COARIPREV no período de 01/01/2017 a 14/06/2017, nos termos do art. 22, III, “b” da Lei Orgânica nº 2423/1996;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Emídio Rodrigues Neto**, no valor de **R\$ 13.800,00** (treze mil e oitocentos reais), com fundamento no art. 54, II, da Lei nº 2423/1996, com as atualizações que foram posteriores, em razão das impropriedades não sanadas, contidas no voto e, conforme motivação *per relatonem*, no Relatório Conclusivo nº 08/2019 da DICERP, contido nos autos, relativamente aos seguintes achados nº ACHADO 7, 8, 9, 11, 12 e 14, que deverá ser recolhida no prazo de 30



ACÓRDÃO Nº 80/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, gestor à frente do COARIPREV no período de 14/06/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 22, II da Lei Orgânica nº 2423/1996;

10.4. Dar quitação ao **Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves**, em virtude do julgamento de suas contas.

10.5. Determinar ao **COARIPREV**, tanto à atual como às futuras gestões, que:

10.5.1. Promova efetivas diligências, ofícios, notificações à Prefeitura do Município de Coari para que, cumprindo o disposto no Art. 61, §1º, II, a, da CF/88, seja alterada a Lei nº 552/2010, concretizando o comando do Art. 37, II e V, também da CF/88, estabelecendo, na autarquia municipal, a previsão de cargos de provimento efetivo, com escolaridades adequadas em cada nível, e readéque o número de servidores comissionados em nível proporcional ao de servidores efetivos, exclusivamente para as funções de direção, chefia e assessoramento, com grau de escolaridade compatível com a função.

10.5.2. Siga estritamente o que dispõe a legislação de regência, como forma de, em concretização à eficiência gerencial, evitem prejuízos ao interesse público;

10.5.3. Abstenha-se de efetuar contratações que não contemple as ferramentas necessárias para a consecução de seu objeto, cumprindo integralmente as previsões legais e do respectivo Edital, desde que este esteja totalmente adequado às normas vigentes e ao interesse público;

10.5.4. Atenda integral e adequadamente todas as normas que regem a autorização de viagens e concessão de passagens, dando-se ampla e tempestiva publicidade, sob pena de, nas próximas prestações de contas, haja sancionamento e glosa;



ACÓRDÃO Nº 80/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.5.5.** Promova a imediata cobrança das contribuições previdenciárias não recolhidas, relativas às competências de Janeiro a Dezembro de 2017, da Prefeitura Municipal de Coari (conforme ACHADO 11 – **Sr. Emídio** – e ACHADO 09 – **Sr. Eduardo**) e da Câmara dos Vereadores de Coari, com valores atualizados, conforme ACHADO 12 (**Sr. Emídio**) e ACHADO 11 (**Sr. Eduardo**) sob pena de, em caso de inércia, haver comprometimento da regularidade das futuras contas nas próximas prestações apresentadas;
- 10.5.6.** Cobre, na maior brevidade possível, as contribuições previdenciárias não recolhidas relativamente ao 13º Salário/2017 da Prefeitura de Coari, devidamente atualizadas, conforme ACHADO 10 da gestão do **Sr. Eduardo**, sob pena de, em caso de inércia, haver comprometimento da regularidade das futuras contas nas próximas prestações apresentadas;
- 10.5.7.** Realize, de imediato, o parcelamento do saldo remanescente do exercício 2016, no valor de **R\$ 2.031.272,98**, devidamente atualizado, conforme disposto nos arts. 4º, 15, I e II, 16, §1º, 21, § 1º, da Lei Municipal no 552/2010; art. 3º, Lei Municipal no 611/2013, conforme ACHADO 12 imputado ao **Sr. Eduardo**;
- 10.5.8.** Procure, de imediato, regularizar as pendências da prefeitura em relação ao COARIPREV, a fim de se cumprir os critérios e exigências para a emissão do CRP dispostas no art. 5º da Portaria MPS no 204/08 e art. 28, Portaria MPS no 402/2008, conforme ACHADO 13 do **Sr. Eduardo**;
- 10.5.9.** Promova, na maior brevidade possível, a realização da Política Anual de Investimentos, como forma de orientar os investimentos do COARIPREV;
- 10.5.10.** Não se abstenha de exigir, nas aplicações ou resgates dos recursos do RPPS, o formulário APR – Autorização de Aplicação e Resgate;
- 10.5.11.** Regularize, na maior brevidade possível, as pendências da Prefeitura de Coari em relação ao COARIPREV, de forma a cumprir os critérios e exigências do Art. 5º da Portaria MPS nº 204/08 e Art. 28 da Portaria MPS nº 402/08;
- 10.5.12.** Corrija as pendências do COARIPREV no envio imediato dos Demonstrativos Previdenciários ao Ministério da Previdência Social, conforme relatório conclusivo da DICERP;
- 10.5.13.** Abstenha-se de utilizar as despesas com a taxa de administração além dos percentuais exigidos pela legislação, conforme disposição dos arts. 1º, II, 6º, VIII, Lei Federal no 9.717/98; art. 9º, I, Lei Federal no 9.717/98 c/c art. 15, Portaria MPS no 402/2008; art. 41, ON MPS no 02/2009; e arts. 16 e



ACÓRDÃO Nº 80/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

28 da Lei Municipal no 552/2010, conforme ACHADO 19 do
Sr. Eduardo;

- 10.6. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da **Prefeitura de COARI** e do **COARIPREV** que verifique se as determinações acima foram devidamente cumpridas;
- 10.7. Recomendar** que a **Gestão do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV** institua instrumento normativo, regulamentação e afins, como forma de, juridicamente respaldado, promova as diligências fora da sede do município, se de seu interesse for aproximar-se dos pensionistas e aposentados residentes fora de Coari;
- 10.8. Notificar o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV**, bem como os responsáveis, **Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Alves** e **Sr. Emídio Rodrigues Neto**, bem como seus advogados, **Dr. Lynneu Francisco Campos** (OAB/AM 6.789) e **Dra. Maiara Cristina Moral da Silva** (OAB/AM 7.738), pra que tomem ciência desta decisão, com cópia do Acórdão, dos relatórios conclusivo e informações conclusivas da DICERP, bem como dos Pareceres Ministeriais.
- 11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 11 de Fevereiro de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 80/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2A84B259-58677BD-17B1CA08-FCBD0C0F